



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

DIVISÃO REQUISITANTE: Eficiência Energética e Mecânica
SOLICITAÇÃO DE COMPRAS: N° 2026/001551

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Contratação empresa especializada na prestação de serviços de eficiência energética por meio de sistemas de geração distribuída (SGD) na categoria microgeração ou minigeração de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica, na modalidade de compensação de geração compartilhada via estruturas de cooperativa ou consórcio destinados ao suprimento das demandas energéticas das 34 (trinta e quatro) unidades consumidoras conectadas à rede elétrica de baixa tensão – classificação grupo B, junto a distribuidora local, do Departamento autônomo de Água e Esgotos de Araraquara – DAAE, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas neste Termo de Referência, e resumidas nos termos da Tabela 1 a seguir.

Ano	Início	kWh/mês	kWh/período total	Período total de fornecimento
2026	90 dias após a autorização de fornecimento	72.846	874.152	12 (doze) meses
Total de kWh da contratação			874.152	

1.2 – O serviço objeto desta contratação é caracterizado como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 – O início do fornecimento ocorrerá 90 (noventa) dias após a Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias por solicitação da CONTRATADA e devidamente justificado.

1.4 – O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5 – O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir do início do fornecimento dos Créditos Compensados de energia elétrica, podendo ser prorrogado por até o limite, de comum acordo entre as partes, conforme estabelece a Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 – O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, haja vista tratar-se de fornecimento de energia elétrica de caráter continuado, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.3 – O DAAE de Araraquara tem realizado estudos visando identificar oportunidades para aperfeiçoar ou criar estratégias e metodologias de aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum, de forma a proporcionar ao DAAE a redução de custos de aquisição/contratação, a melhoria da qualidade dos produtos e serviços e a garantia de sustentabilidade dos ganhos obtidos.

2.4 – A Energia Elétrica consumida pelo DAAE, considerando apenas as Unidades Consumidoras – Ucs conectadas à rede elétrica da Distribuidora CPFL na Baixa Tensão – classificação Grupo B representou um



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal, 380 - CEP 14802-510 - Araraquara-SP.
Fone: (16) 3324-9555 – Atendimento: 0800 6022324
CNPJ 44.239.770/0001-67 - I.E. Isento
www.daaeararaquara.com.br



montante aproximado médio de R\$ 3.938.214,00 (três milhões, novecentos e trinta e oito mil, duzentos e quatorze reais) gastos no período de 5 (cinco) anos, conforme estudo realizado pela empresa de Consultoria contratada pelo Processo licitatório Pregão Eletrônico.

2.5 – Considerando que a energia elétrica tem impacto significativo nos custos do DAAE, surge a necessidade de redução dessa despesa. Dessa forma, foram desenvolvidos estudos técnicos com o objetivo de diminuir os gastos financeiros com essa rubrica orçamentária.

2.6 – Atualmente o DAAE contrata o serviço de fornecimento de energia elétrica diretamente com a Concessionária do serviço público CPFL, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL n.º 1.000 de 07 de dezembro de 2021, entre outros.

2.7 – Dentre os bens e serviços analisados, observou-se que a aquisição de energia para as instalações elétricas do DAAE, conectadas à Baixa Tensão – classificação Grupo B, mostra-se oportuna, possibilitando economia mensal em média na ordem entre 15% a 20% em relação aos valores das tarifas praticadas pelas concessionárias no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, não sendo aplicado o referido desconto sobre os encargos setoriais e taxas de iluminação pública.

2.8 – O consumo e a consequente demanda contratada das UC's do DAAE localizadas em diversas regiões do município de Araraquara-SP (Baixa Tensão – Grupo B), indicam que as mesmas podem se enquadrar como consumidoras participantes da Geração Distribuída – GD, já que alcançam os requisitos mínimos nos termos da legislação vigente.

2.9 – A modalidade Geração Distribuída – GD está fundamentada na Lei nº 14.300/2022, na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, conforme alterada pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 7 de fevereiro de 2023, e demais normas que regem a matéria, observadas as regras do presente Edital.

2.10 – Diante da atual conjuntura climática, econômica e estrutural do mercado de energia, entende-se que a opção do atual modelo de compra de energia no ACR para a Geração Distribuída – GD, mostra-se vantajosa para os perfis das UC's do DAAE, localizadas na cidade de Araraquara-SP. Dada a tecnicidade do tema e por se tratar de um mercado complexo que envolve peculiaridades técnicas, operacionais e administrativas, o DAAE contratou empresa de Consultoria, através de Processo Licitatório – Pregão Eletrônico, para subsidiar os estudos técnicos e econômicos das 34 (trinta e quatro) UC's. Os Estudos apresentados pela Consultoria ratificam a economia esperada, de forma que para viabilizar a opção para a compensação de crédito de energia, se faz necessário a contratação do respectivo fornecimento, objeto deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de eficiência energética por meio de Sistemas de Geração Distribuída (SGD), na categoria Mini Geração de energia elétrica de fonte fotovoltaica, na modalidade de Compensação de Geração Compartilhada via estruturas de cooperativa ou consórcio destinados ao suprimento das demandas energéticas das 34 (trinta e quatro) unidades consumidoras conectadas à rede elétrica na baixa tensão – Classificação B, junto a Distribuidora de energia local, do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Araraquara – DAAE, na cidade de Araraquara – SP.

3.2 – No presente momento, a contratante possui consumo médio mensal de 72.846 Kwh/mês (setenta e dois vírgula oitocentos e quarenta e seis quilowatts hora por mês) a um custo médio mensal de R\$ 65.636,90 (sessenta e cinco mil seiscentos e trinta e seis reais e noventa centavos) conforme estudo técnico preliminar.



CONSUMO MÉDIO MENSAL TOTAL	72.846 kWh
VALOR MÉDIO MENSAL TOTAL	R\$ 65.636,90
CONSUMO MÉDIO ANUAL TOTAL	R\$ 787.642,80
VALOR A PAGAR COM DESCONTO MÍNIMO MÉDIO ANUAL (15%)	R\$ 659.396,04

3.3 CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO

3.3.1 – Relação das Unidades Consumidoras (UC's), objeto deste Termo de Referência:

	Endereço	Unidade Consumidora	Média Mensal (kWh)	Custo Médio (R\$)
1	POÇO BELA VISTA 01 - CRT 166C U CHIBARRO, 136	27503925	3.362	3029,28
2	POÇO BELA VISTA 02 - CRT 166C U CHIBARRO, 178	27596850	4.748	4.278,12
3	POÇO BELA VISTA 03 - CRT 166C U CHIBARRO, 3	40231690	2.893	2.606,70
4	RES. PQ ATLANTA - R MARIA MARCELINA DE CAMPOS, 790 BD P 30	4001539479	693	624,42
5	RES. 03 E 17 -AV PE JOÃO RODRIGUES CREPALDI, S/N	116866	50	45,05
6	RES. 3 DISTRITO - AV BRANDINA SAAVEDRA CAMPANI, S/N	544078	50	45,05
7	RES. MARTINEZ - R PAPA JOAO PAULO I, S/N	436542	100	90,10
8	RES. PLANALTO - AV. PRFA ALTAMIRA AMORIM MANTESE, S/N LT 1 QD 25	489123	11.299	10.180,81
9	RES. R42 - AL PROJETADA I, 840 - RES V DAMHA III	4001712387	100	90,10
10	RES. SATELITE - R PEDRO SANCHES ALCARAS, S/N	27220974	176	158,58
11	RES. SELMI DEI - R JOSÉ AYRTON CURY, S/N	457620	5.686	5.123,29
12	RES. UNIVERSAL - AV. PAULINO RODELLA, 1074	4001745116	24.323	21.915,91
13	RES. BANDEIRANTES - AV. MANOEL NETO LOPES, S/N	41320999	50	45,05
14	RES. DO CARMO - AV. S JOSÉ, S/N1 EQ R DOS LIBA	346977	50	45,05
15	RES. FLORES -AV. PAULINO RODELLA, S/N	29177014	55	49,56
16	RES. IDANORMA - R FIORI BERTI, S/N	41321014	50	45,05
17	BOOSTER BANDEIRANTES - AV. ALBERTO BENASSI, S/N	42404460	591	532,51
18	BOOSTER ZAVANELA - AV. ANGELINA FERRARI ZAVANELA, S/N	370100	100	90,10
19	CPR BUENO - AV. ADAIDES FERNANDES, S/N	580503	1.265	1.139,81



20	AV. SYLVIO MASCIA, S/N	41380843	1.254	1129,90
21	R ORIZIO DA CUNHA BARBOSA, S/N	25166476	100	90,10
22	EST ABÍLIO AUGUSTO CORREA, S/N	42678153	977	880,31
23	AV. EDEL MICHETTI, S/N	41381335	128	115,33
24	AV. JOSEPH SMITH, 10 LD	4002960881	1.986	1.789,46
25	AV. JOSEPH SMITH, S/N1 SN	538639	228	205,44
26	AV. AUGUSTO MUNHOS PEREZ, S/N	316601	1.600	1.441,66
27	R NILO TROVATTI, S/N	580902	7.685	6.924,47
28	AV. SEBASTIÃO SILVA TEIXEIRA, 1093	4003378296	1.556	1.402,01
29	R MARIA PIEDADE DA SILVA NIGRO, 390	26458861	196	176,60
30	R MARIA PIEDADE DA SILVA NIGRO, 310	26458888	269	242,38
31	R TRÊS, 41 BL 2A CENTRO APOIO	25773046	791	712,72
32	R BENTO RAMALHO MACHADO, 290 BL 3B AP 311 B	26458829	161	145,07
33	R BENTO RAMALHO MACHADO, 500 CD C AD	25773887	174	156,78
34	R PEDRO JOSÉ LAROCA, 2865 BD	4000618159	100	90,10

3.3.2 – O fornecimento de Créditos Compensados de energia elétrica para o suprimento das Unidades Consumidoras do DAAE acima relacionadas, na modalidade GERAÇÃO DISTRIBUÍDA – GD, serão contratados nas condições descritas neste Termo de Referência.

3.3.3 – O fornecimento de Créditos Compensados de energia de que se trata o presente Termo de Referência se baseia na Lei nº 14300/2022, na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, conforme alterada pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 7 de fevereiro de 2023 e demais normas que regem a matéria em questão. Esta operação se sujeita, ainda, à regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e demais disposições legais regulamentares e regulatórias aplicáveis e outras normas que venham a suceder-las.

3.3.4 – As partes reconhecem que o fornecimento físico da energia contratada, não é objeto desta contratação e estará integralmente subordinado às determinações técnicas do ONS e da ANEEL, inclusive em caso de decretação, pela autoridade competente, de racionamento de energia elétrica, sendo que, ocorrendo essa decretação de racionamento pelo governo que atinja os consumidores do ponto de entrega e havendo indefinição das regras a serem aplicadas a este contrato, bem como inexistindo disposição das regras de compensação dos créditos de energia elétrica a regular o tema, os montantes a serem fornecidos sofrerão redução na exata proporção da redução compulsória de consumo decretada pelo governo.

Nessa hipótese, fica ajustado que as penalidades previstas neste contrato e os mecanismos de rescisão contratuais pela não compensação dos créditos, não poderão ser aplicadas.



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal, 380 - CEP 14802-510 - Araraquara-SP.
Fone: (16) 3324-9555 – Atendimento: 0800 6022324
CNPJ 44.239.770/0001-67 - I.E. Isento
www.daaeararaquara.com.br



3.4 DO PERCENTUAL DO DESCONTO MÍNIMO OFERTADO

3.4.1 – O percentual do desconto mínimo a ser ofertado será de 15 % (quinze por cento). O percentual do desconto ofertado para atendimento do item 1.1 deste Termo de Referência, deverá ser aplicado **sobre o valor dos Créditos a serem compensados de energia elétrica, considerando todos os impostos e encargos legais.**

3.4.2 – A CONTRATADA deverá reconhecer que o percentual do desconto ofertado, em conjunto com as respectivas regras do edital e deste Termo de Referência é suficiente para o cumprimento das obrigações previstas neste documento.

3.5 PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

3.5.1 – A Compensação dos Créditos será feita de forma MENSAL, **com início em 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato**, prevista para o mês de **junho de 2026**, podendo ser prorrogado por mais 90 (noventa) dias por solicitação da CONTRATADA e devidamente justificado.

3.5.2 – A Compensação dos Créditos será feita de forma MENSAL, **com início em 90 dias após autorização de fornecimento e finalizado em 12 meses após o início do fornecimento, podendo ser prorrogado por igual e sucessivos períodos**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

4.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

4.1.1. Prestar à CONTRATADA todas as informações julgadas necessárias, quando solicitadas.

4.1.2. Realizar a fiscalização e o acompanhamento do fornecimento de energia elétrica objeto deste Termo de Referência.

4.1.3. Efetuar os pagamentos mensais devidos à CONTRATADA na forma estipulada neste Termo de Referência, após validação e aceite pelo Gestor/Fiscal do Contrato do DAAE, da respectiva fatura emitida pela Contratada referente ao mês de consumo.

4.1.4. Dirimir dúvidas, quando necessário.

4.1.5. Notificar a empresa CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

4.1.6. Assinar o respectivo Termo de Adesão à modalidade Cooperativa ou Consórcio, o qual faz parte integrante do presente TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO V – TERMO DE ADESÃO E PROCURAÇÃO.

4.1.7. Assinar a respectiva Procuração para a Contratada representá-la perante às instituições públicas e privadas, a qual faz parte integrante do presente Edital.

4.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.2.1. Atender com presteza a solicitação do Gestor/Fiscal do Contrato.

4.2.2. Estar em condições de fornecer o produto a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

4.2.3. Honrar com todas as obrigações descritas, Minuta de Contrato, e demais partes integrantes deste Termo de Referência.

4.2.4. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA arcar com **todos os seus custos** diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais e trabalhistas, que recaiam sobre o objeto, e constituirá, a qualquer



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal, 380 - CEP 14802-510 - Araraquara-SP.
Fone: (16) 3324-9555 – Atendimento: 0800 6022324
CNPJ 44.239.770/0001-67 - I.E. Isento
www.daaeararaquara.com.br



título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

4.2.5. A CONTRATADA assegurará que não ocorrerá transferência de quaisquer informações a terceiros ou revelará, através de qualquer tipo de mídia, dados das instalações e históricos sem a autorização prévia e escrita do DAAE, mesmo após o término da relação contratual.

4.2.6. A CONTRATADA obriga-se a efetuar e enviar o Relatório das Compensações dos Créditos mensalmente, para validação do Gestor e do Fiscal do contrato do DAAE.

4.3 – SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1 – **A subcontratação integral do objeto é expressamente proibida.** Contudo, permite-se a subcontratação parcial de eventuais serviços acessórios de operação e manutenção das usinas que não representem a parcela principal do objeto, desde que previamente comunicada pelo gestor do contrato, devendo a subcontratada atender aos requisitos previstos neste Termo de Referência.

4.3.2 – A subcontratação não gera relação da Contratante com as empresas subcontratadas, sendo plena a responsabilidade da Contratada pelo cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, decorrentes da contratação, nos termos dos artigos 121 e 122 da Lei nº 14.133/2021.

4.4 – DA PARTICIPAÇÃO

4.4.1 – Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação na MODALIDADE DE COMPENSAÇÃO DE GERAÇÃO COMPARTILHA VIA ESTRUTURAS DE COOPERATIVA OU CONSÓRCIO e que atendam às exigências deste Termo de Referência e anexos.

5. DA PROPOSTA

5.1 – A licitação terá um único lote, devendo os licitantes orçarem todos os seus itens.

5.2 – O percentual do **Desconto Total Global** deverá corresponder ao referido período de suprimento, conforme disposto no **item 1.1** deste Termo de Referência.

5.3 – O PERCENTUAL DO DESCONTO MÍNIMO A SER OFERTADO será de 15% (**quinze por cento**). O percentual do desconto ofertado para atendimento do **item 1.1** deste Termo de Referência, deverá ser aplicado sobre o valor da tarifa bruta com impostos da Distribuidora.

O valor estimado da licitação será de **R\$ 659.396,04 (seiscentos e cinquenta e nove mil, trezentos e noventa e seis reais e quatro centavos)**.

5.4 – A oferta será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração da mesma, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 – Validade da proposta de no **mínimo 60** dias, contados a partir da data da sessão de abertura da licitação.

5.6 – Proposta do menor valor ofertado endereçada obrigatoriamente ao DAAE de Araraquara-SP.

5.7 – A oferta deverá ser enviada para o julgamento pelo Pregoeiro e será considerado o menor valor ofertado para todo período de fornecimento.

5.8 – Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

6. REAJUSTE DO DESCONTO

6.1 – O percentual do desconto ofertado será irrevogável e incluem todas as taxas ou despesas adicionais, tais como transporte, carga, descarga de equipamentos, funcionários, e demais despesas. Qualquer item não mencionado será considerado como incluído no desconto garantido proposto.

6.2 – Em caso de renovação contratual, **caso haja interesse entre as partes**, o percentual de desconto ofertado



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal, 380 - CEP 14802-510 - Araraquara-SP.
Fone: (16) 3324-9555 – Atendimento: 0800 6022324
CNPJ 44.239.770/0001-67 - I.E. Isento
www.daaeararaquara.com.br



será conforme item 11.3 deste Termo de Referência.

7. DAS SANÇÕES

7.1 – Além do que dispõe na minuta do contrato, a CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/2021.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 – Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

8.2 – Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação na MODALIDADE DE COMPENSAÇÃO DE GERAÇÃO COMPARTILHADA VIA ESTRUTURAS DE COOPERATIVA OU CONSÓRCIO e que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos.

8.3. SUSTENTABILIDADE

8.3.1 – Fornecimento de energia limpa

8.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.4.1 – Não haverá necessidade de apresentação da garantia.

8.6 PROPRIEDADE E SIGILO

8.6.1 – A empresa licitante deverá manter absoluto sigilo sobre todas as informações, estudos, desenhos, esquemas e documentos a que tiver acesso, destinados à execução dos serviços, não podendo fornecê-los a terceiros, nem os divulgar ou reproduzi-los de qualquer forma, sem a prévia autorização do gestor ou fiscal do contrato.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. MEDIÇÃO

9.1.1. A Contratante autoriza a Contratada obter os montantes da energia medida das unidades consumidoras nos ciclos de faturamento do contrato.

9.1.2. Caso os dados de medição não estejam disponíveis ou estejam incompletos no 2º (segundo dia útil), do mês subsequente ao suprimento, as PARTES poderão decidir em comum acordo, estimar as horas faltantes, para emissão do Faturamento.

9.1.3. O CONTRATANTE, no que lhe competir, permitirá amplo acesso às suas instalações à CONTRATADA e ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem com estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.

9.1.4. Caso solicitado pela CONTRATADA, o CONTRATANTE solicitará à Concessionária de Distribuição acesso à CONTRATADA.



9.2. ENERGIA MENSAL FATURÁVEL

9.2.1. O faturamento será através de compensação de créditos de energia e será realizado mensalmente, devendo ser emitida uma fatura em conformidade com a quantidade da compensação mensal faturável em kWh.

9.3. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

9.3.1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes, aos termos do presente Instrumento, os fatos cujos efeitos não sejam possíveis evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, o fornecimento contratado.

9.3.2. A Parte afetada pela ocorrência de um Caso Fortuito ou de Força Maior deverá comunicar o fato à outra Parte num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data do evento, mediante notificação por escrito contendo descrição pormenorizada do Caso Fortuito ou de Força Maior, com informações que indiquem a sua natureza, em que medida ele compromete o cumprimento das obrigações da Parte afetada nos termos de Contrato e a estimativa do período em que o Caso Fortuito ou de Força Maior a impedirá de cumprir com suas obrigações suspensas pelo referido evento.

9.3.3. A suspensão das obrigações em decorrência de Caso Fortuito ou de Força Maior não terá o efeito de eximir a Parte afetada da obrigação de efetuar o pagamento de montantes devidos relativamente ao período anterior à ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior e/ou em relação à obrigação não afetada pelo Caso Fortuito ou de Força Maior.

9.4. RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

9.4.1. As responsabilidades contratuais na eventual vigência de Racionamento, bem como de quaisquer outros incentivos ou determinações do Poder Público, que visem a redução do consumo de energia elétrica de caráter emergencial, serão regidas pela Legislação vigente e/ou pelas Regras de Comercialização que venham a ser definidas pela Autoridade Competente.

9.4.2. Ocorrendo a decretação de racionamento pelo Poder Público que atinja os consumidores e havendo indefinição das regras a serem aplicadas a este Contrato, bem como inexistindo disposição nas Regras de Comercialização a regular o tema, os montantes de energia Compensadas sofrerão uma redução na exata proporção da redução compulsória de consumo decretada pelo Poder Público. Nessa hipótese, fica ajustado que as penalidades previstas neste Contrato e os mecanismos de rescisão contratual pela não entrega integral da energia Compensada não poderão ser aplicadas.

9.5. RESCISÃO CONTRATUAL

9.5.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser rescindido de pleno direito, mediante notificação escrita da PARTE interessada, com a aplicação das penalidades rescisórias e das Sanções legais nos termos da Lei 14.133/2021 e demais legislação aplicável, a partir do conhecimento da ocorrência que der causa e, principalmente, nos seguintes casos:

9.5.1.1. Caso seja pedida recuperação judicial ou insolvência da PARTE ou caso seja requerida ou decretada a falência, deferida a recuperação judicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da outra PARTE, independentemente de aviso ou notificação;

9.5.1.2. Caso a PARTE dê causa e venha a ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas neste Termo de Referência.

9.5.1.3. Caso a outra PARTE deixe de cumprir qualquer de suas demais obrigações nos termos do CONTRATO e não sane o inadimplemento em até 15 (quinze) dias contados do recebimento de aviso por escrito nesse sentido da PARTE adimplente.



9.5.2. A ocorrência da rescisão deverá ser formal e expressamente comunicada por escrito às entidades regulatórias competentes, sem prejuízo das obrigações estabelecidas anteriormente à rescisão e comunicação acima referidas, e sem qualquer ônus ou responsabilidade advindas deste ato.

9.5.3. Em caso de rescisão contratual deverá, ainda, ser observado os dispositivos constantes no **Termo de Adesão – Anexo V do Edital**.

9.6. DA INDENIZAÇÃO

9.6.1. Na ocorrência de rescisão do CONTRATO, de acordo com o estabelecido no **item 9.5** “Rescisão Contratual”, incorrerá a Parte que der causa em multa rescisória correspondente a 20% (vinte por cento) do saldo remanescente do CONTRATO (“Saldo Remanescente”), além da obrigação de ressarcimento de perdas e danos.

9.6.2. O Saldo Remanescente será obtido pela multiplicação do volume Contratado dos créditos compensados, em kWh, para o prazo remanescente do Período de Fornecimento, conforme os montantes estabelecidos no **item 1.1** deste Termo de Referência.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. É vedada a utilização de WhatsApp.

10.4 – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.1 – PREPOSTO

10.1.1 – O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contrato.

10.1.2 – O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

10.1.3 – O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

10.2 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.2.1 – A gestão e fiscalização do respectivo contrato serão realizadas pelos seguintes servidores:



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal, 380 - CEP 14802-510 - Araraquara-SP.
Fone: (16) 3324-9555 – Atendimento: 0800 6022324
CNPJ 44.239.770/0001-67 - I.E. Isento
www.daaeararaquara.com.br



. FISCAL DO CONTRATO: Alex Barbosa Camilo – MATRÍCULA Nº 1880 – nomeado pela Chefia de Divisão de Eficiência Energética e Mecânica.

. GESTOR DO CONTRATO: Elisandro Pereira Silva – MATRÍCULA Nº 1273 – Chefe de Divisão de Eficiência Energética e Mecânica.

. APOIO TÉCNICO: Cícero da Costa Rocha – MATRÍCULA Nº 845 – Chefe de Subdivisão de Eficiência Energética.

10.2.1.1 – No caso de ausência dos servidores designados no item acima, ficam designados os servidores como substitutos:

. FISCAL DO CONTRATO: Júlia Scrochio Rudge Furtado – MATRÍCULA Nº 1682 – nomeado pela Chefia de Divisão de Eficiência Energética e Mecânica.

. GESTOR DO CONTRATO: Cícero da Costa Rocha – MATRÍCULA Nº 845 – Chefe de Subdivisão de Manutenção Elétrica.

10.2.2 – CABE AO FISCAL DO CONTRATO:

. Acompanhar a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para saná-la;

. Informar ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor;

. Comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

10.2.3 – CABE AO GESTOR DO CONTRATO:



- . Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;
- . Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- . Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- . Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- . Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções previstas no artigo 156 inciso III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e encaminhar o respectivo processo para a Unidade de Gestão de Contratos;
- . Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- . Enviar a documentação pertinente para o procedimento de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. PAGAMENTO

11.1 – Os preços são irreajustáveis por um período de 12 (doze) meses, e incluem todas as taxas ou despesas adicionais, tais como transporte, carga, descarga de equipamentos, funcionários, e demais despesas. Qualquer item não mencionado será considerado como incluído nos preços propostos.

11.2 – Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra especializada, materiais, equipamentos, encargos, leis sociais, BDI, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços, objeto desta licitação.

11.3 – - Em caso de renovação contratual, caso seja interesse entre as partes, o mesmo percentual de Desconto ofertado deverá ser mantido para o novo período de fornecimento definido entre as partes.

11.4 – Para solicitar a repactuação, a Contratada deverá observar o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

11.5 – A repactuação será precedida de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção, ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

11.6 – O prazo para resposta ao pedido de repactuação mencionado na cláusula anterior será de 01 (um) mês contado da data do fornecimento da documentação acima mencionada.



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal, 380 - CEP 14802-510 - Araraquara-SP.
Fone: (16) 3324-9555 – Atendimento: 0800 6022324
CNPJ 44.239.770/0001-67 - I.E. Isento
www.daaeararaquara.com.br



11.7 – A Nota Fiscal Eletrônica/Fatura deverá ser emitida em nome da Licitante Vencedora e acompanhar a execução do material, destacando em seu corpo o número de contrato/empenho, a modalidade licitatória e o número da licitação.

11.8 – A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada para os seguintes e-mails: gmem@daae-araraquara.com.br / gadm@daae-araraquara.com.br / nfe@daae-araraquara.com.br / energia@daae-araraquara.com.br / alex.camilo@daae-araraquara.com.br

11.9 – Também vinculada à fatura, a licitante vencedora deverá destacar no corpo da Nota Fiscal as seguintes retenções: **ISSQN, INSS e IRPJ**, quando estas forem obrigatórias. Em caso negativo, a licitante vencedora deverá apresentar declaração formal de que é beneficiária de tais isenções.

11.10 – Os pagamentos serão efetuados no 5º (quinto) dia útil após a aprovação do pagamento da Nota Fiscal/Fatura pelo Ordenador de Despesas.

11.11 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente, devendo a licitante vencedora informar o número do banco, da agência e da conta bancária, ou através de banco credenciado.

11.12 – Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à execução do presente Contrato, cabendo ao CONTRATANTE exclusivamente o pagamento da importância contratada.

11.13 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da contratante, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.



12.3– Dos tipos de multa:

a) **MORATÓRIA:** Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato/ata, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato/ata.

b) **COMPENSATÓRIA:** Pela inexecução total ou parcial do contrato/ata, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida do contrato/ata.

12.4– A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.5– Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.6– Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7– Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

12.8– A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9– A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9.1 – Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

12.9.2 – Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.10– Na aplicação das sanções serão considerados:

12.10.1 – a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.10.2 – as peculiaridades do caso concreto;

12.10.3 – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.10.4 – os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.10.5 – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei.



12.12 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.13 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade na relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

12.14 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

13.1 – O Fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**.

13.2. FORMA DE FORNECIMENTO

13.2.1 – O fornecimento do objeto será mensal de caráter continuado.

14. EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO

14.1. A documentação em geral será definida em Edital e neste Termo de Referência.

14.2. A Habilitação fiscal, social e trabalhista será definida em Edital.

15. QUALIFICAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

15.1. A ser definida em Edital.

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1. Nos termos da Lei 14.133/21 serão exigidas as seguintes comprovações técnicas:

I – Comprovação da disponibilidade de fornecimento de Créditos de energia elétrica a serem Compensados junto à Distribuidora de energia elétrica local, durante todo período contratual.

II – Para comprovação prevista no item acima, será permitido o somatório de diferentes atestados de empreendimentos na categoria minigeração (potência maior ou igual a 75kW).

16.2. Para a comprovação da **CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**, a licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado (s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que correspondem em aproximadamente 50 % do quantitativo do objeto contratual, admitindo-se a somatória de atestados concomitantes, inclusive, tendo como parcela de maior relevância:



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal, 380 - CEP 14802-510 - Araraquara-SP.
Fone: (16) 3324-9555 – Atendimento: 0800 6022324
CNPJ 44.239.770/0001-67 - I.E. Isento
www.daaeararaquara.com.br



. A comprovação de que trata o **item I do 16.1**, poderá ser feita através de Atestado(s) de Capacidade Técnica/Operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado, comprovando que a LICITANTE presta ou prestou serviços de natureza semelhante com o objeto deste.

. A comprovação de que trata este item será feita por meio de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado, que comprove(m) a capacidade instalada necessária para atendimento à necessidade de consumo da(s) UNIDADE(S) CONSUMIDORA(S).

No caso de atestado(s), este(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel(eis) timbrado(s) da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

17. ESTIMATIVA DO PERCENTUAL DE DESCONTO DA CONTRATAÇÃO

17.1. O percentual de Desconto MÍNIMO estimado total da contratação é de **15% (quinze por cento)**, para o todo período de contratação de 12 (doze) meses.

18. DOS ANEXOS

18.1 – Anexo I – Termo de Referência;

18.1.1 – Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

18.2 – Anexo II – Planilha de Composição de Preços;

18.3 – Anexo III – Planilha Estimativa de Preços;

18.4 – Anexo IV – Análise de Risco;

18.5 – Anexo V – TERMO DE ADESÃO E PROCURAÇÃO;

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, 11 de Abril de 2026

Alex Barbosa Camilo
Engenheiro Eletricista da Subdivisão de
Manutenção Elétrica

Elisandro Pereira Silva
Chefe da Divisão de Eficiência Energética e Mecânica